

Rastros do comum e o imaginário das ausências¹

Alexandre Montauray Baptista Coutinho²

RESUMO

O presente texto tem como objetivo central elaborar um mapeamento das principais linhas de força presentes no projeto de pesquisa "*Rastros do comum, corpos alternativos e outras formas de sobrevivência: literatura, campo cultural e política nos contextos de língua portuguesa*", que coordeno na PUC-Rio. A partir de uma análise comparativa de textos literários e objetos culturais produzidos em Portugal, Angola, Moçambique e Brasil, pretende-se examinar as características específicas deste campo cultural, com ênfase na coabitação de saberes considerados superiores e saberes subalternizados no curso da modernidade colonial. A investigação compreende objetos literários e culturais produzidos a partir de diferentes matrizes epistêmicas, considerados gestos de reconhecimento da alteridade e da diversidade, estruturantes das sociedades em questão.

Palavras-chaves: rastros do comum, literatura, coabitação de saberes, imaginário das ausências

Traces of the common and the imaginary of absence

ABSTRACT

The present text has the objective of mapping the lines present in the research project "*Traces of the common, alternative bodies and other forms of survival: literature, cultural and political field in Portuguese language contexts*", which I coordinate in the PUC-Rio. A comparative analysis of literary texts and cultural objects produced in Portugal, Angola, Mozambique and Brazil, aims to examine the specific characteristics of this cultural field, with emphasis on the cohabitation of knowledge considered superior and subordinate knowledge in the course of colonial modernity. The investigation comprises literary and cultural objects produced from different epistemic matrices, considered gestures of recognition of alterity and diversity, structuring the societies in question.

Keywords: traces of the common, literature, co-habiting of knowledge, imaginary of absence

Recibido: 30 de junio de 2019

Aceptado: 02 de agosto de 2019

¹ O artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa "*Rastros do comum: corpos alternativos e outras formas sobrevivência: literatura, campo cultural e política em contextos da língua portuguesa*", subsidiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro) y foi apresentado como comunicação no IX Encuentro del Grupo de Investigadores: *Textualidades contemporáneas: procesos de hibridación*, 23 de octubre de 2018.

² Doutor em Letras (2004) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras da mesma universidade, onde desempenha a função de diretor. alexandre.montauray@gmail.com

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa é um troféu de guerra.

José Luandino Vieira

Este texto pretende traçar um mapeamento preliminar acerca de um aspecto que vem ganhando centralidade na pesquisa que atualmente desenvolvo. São o que tenho chamado, à falta de expressão melhor, de ângulos alternativos, que, a despeito das exigências modernas e, por inerência, dos vetos epistêmicos, resistiram, ou, como salienta o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, *reexistiram*.

Os modos de olhar revelados pela produção e pela crítica literária, no interior do horizonte cultural da língua portuguesa, muitas vezes partiram da suposta existência de um “conjunto”³ de culturas, para, diante de uma materialidade linguística, histórica e jurídica, definir um corpo político próprio, dotado de uma identidade comunitária metafísica, a exigir, simultaneamente, formas de interação e de inserção no cenário da modernidade ocidental. Através de imagens literárias potentes, formuladas desde o século XIX, é nítido que a produção e a crítica literária, pautadas pela “produção de um comum”, contribuíram decisivamente para o fortalecimento de linhas hierárquicas que opuseram o estado de civilização e a colônia, entendida, via de regra, a partir de um *déficit* civilizacional estruturante do lugar da barbárie. Esses modos de olhar foram sistematicamente registrados nas tradições europeias e não-europeias⁴ da língua portuguesa, sobretudo nas objetivações angolanas e moçambicanas produzidas pelo campo literário.

Trata-se de um dos aspectos que tem sido desenvolvido em uma pesquisa mais ampla, em que busco associar o discurso da comunidade à lógica colonial, com base na evidência de uma atuação sistemática e tradicional do campo literário na sedimentação de valores eurocentrados. No segundo segmento da pesquisa, propõe-se a identificação de práticas literárias que atuaram na barragem dos discursos oficiais, buscando uma posição imunitária, anticolonial, que afirmasse a autodeterminação política e as diferenças epistemológicas locais, em face de um poder colonial soberano e violento.

³ Montauray, Alexandre. “Apontamento para uma teoria dos conjuntos”, palestra proferida no IX Seminário de Literaturas de Língua Portuguesa, do Núcleo de Estudos de Literaturas Portuguesa e Africanas (NEPA), UFF, em 2015.

⁴ Cf. Leite, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

Neste ponto, os ângulos, ou prismas, alternativos emergem como rastros significativos que, inscritos no campo literário, também permitem iluminar a interpretação de fatos históricos relevantes, em diferentes perspectivas. Estes prismas alternativos emergem do que aqui consideramos o “imaginário das ausências”⁵, radicado no esquecimento compulsório do *lugar* do outro, ou, para citar Michel Foucault, como “heterotopias de desvio”⁶. Os pastores nômades do Kuvale, em Angola, decisivos em toda a obra de Ruy Duarte de Carvalho; os sertanejos de Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas* ou em *Meu tio, o iauaretê*; os índios, ribeirinhos e seringueiros do escritor português Ferreira de Castro, ou dos escritores brasileiros Antonio Callado, Milton Hatoum ou Bernardo Carvalho; mais do que formas minoritárias de vida, identificadas no interior das culturas originárias assimiladas à língua portuguesa, constituem paisagens humanas tradicionais, que foram capazes de sobreviver aos vetos à diferença e a “direitos epistêmicos”, à margem das institucionalidades oficiais.

PAISAGENS HUMANAS

Associadas aos *damnés*, na terminologia de Frantz Fanon, esses e inúmeros outros grupos sociais minoritários – que, em sentido ainda mais abrangente, ainda poderiam compreender os “plantadores de arroz do Alentejo” do escritor neorrealista português Alves Redol, os “capitães de areia”, de Jorge Amado, ou os camponeses de Pepetela – apresentam uma instrução fundamental acerca dos contextos das línguas portuguesas: ele se forma a partir de uma coabitação epistêmica estruturante, que mescla paradigmas europeus, visões africanas e ameríndias de mundo, que evidenciam, nas palavras do pesquisador argentino Walter Mignolo,

a perspectiva da maioria das pessoas do planeta cujas vidas foram declaradas dispensáveis, cuja dignidade foi humilhada, cujos corpos foram usados como força de trabalho: reprodução de vida aqui é um conceito que emerge dos afros escravizados e dos indígenas na formação de uma economia capitalista, e que se estende à reprodução da morte através da expansão imperial do ocidente e do crescimento da economia capitalista. Essa é a opção descolonial que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos mundos podem coexistir⁷.

⁵ Santos, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.

⁶ Foucault, Michel. “Outros espaços”. In: *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. v. 3.

⁷ Mignolo, Walter. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF. Dossiê Literatura, Língua e Identidade*, número 34, p.287-324, 2008.

O objetivo central deste segmento da pesquisa se baseia na premissa de que a dimensão policêntrica de um mundo em que “muitos mundos podem coexistir”⁸ se afirma em inúmeros textos literários produzidos em língua portuguesa a partir dos anos 1960. Mesmo quando surgem no agenciamento das racionalidades hegemônicas; isto é, mesmo quando ativadas como objeto exótico, as imagens e as práticas ficcionais podem desocultar formas de vida e de racionalidade marcadas por uma profunda subalternidade epistêmica. É no campo das tonalidades narrativas que se verificam as posições ocupadas pelos narradores, ou pelos detentores da enunciação narrativa, e é nesta chave que se examinam os objetos enunciados, narrados por “vozes” autorizadas e, portanto, comprometidas com um específico ângulo de objetivação. Neste sentido, o projeto *Rastros do comum, corpos alternativos e outras formas sobrevivência: literatura, campo cultural e política em contextos da língua portuguesa* tem buscado identificar e analisar a formação de “epistemologias de fronteira”⁹, a partir da noção de uma “consciência mestiça”¹⁰, vivida e experimentada na consciência de um universo cultural marcado pela complexidade epistemológica que permitem avançar na detecção de uma “zona de mesclagens”, onde as práticas simbólicas de grupos minoritários são parcialmente apropriadas pelas culturas comunitárias, sem o reconhecimento efetivo da sobrevivência de grupos culturais, especialmente de matriz africana ou ameríndia, e avançar na perspectiva das formas de inserção e de interação entre diferentes sistemas culturais, de maneira a relativizar a dimensão endógena de suas “formações”.

Trata-se do desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla, que busca associar o discurso da comunidade à lógica colonial, com base na evidência de uma atuação sistemática e tradicional do campo literário na sedimentação de valores eurocentrados. No curso da pesquisa, propõe-se a identificação de práticas literárias que atuaram na barragem dos discursos oficiais, buscando uma posição imunitária, anticolonial, que afirmasse a autodeterminação política e as diferenças epistemológicas locais, em face de visões coloniais de mundo.

⁸ Idem.

⁹ Santos, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Novos estudos*. CEBRAP número 79, São Paulo Novembro, 2007.

¹⁰ Mignolo, Walter. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê Literatura, Língua e Identidade, número 34, p.287-324, 2008.

Um dos pilares de sustentação do processo colonial português foi o princípio da “unidade comunitária”, que corresponde ao projeto de constituição de um comunitarismo identitário, metafísico e transcendente, baseado em uma “mútua pertença” que se espalhava “do Minho ao Timor”. Nos espaços africanos subjugados pela lógica colonial portuguesa, a opressão dos indivíduos era dissimulada por políticas oficiais que, numa linguagem jurídica e institucional, e através de campanhas publicitárias, ofereciam a assimilação cultural como uma via de acesso ao pertencimento comunitário. Revestido por um discurso de conciliação com as práticas coloniais, nos termos do lusotropicalismo brasileiro (1940)¹¹, o colonialismo português ativou, nos espaços africanos, uma retórica eficiente que exaltava os “brandos costumes” de uma nação “pluricultural, plurirracial e pluricontinental”. Uma coesa engrenagem discursiva tratava de celebrar uma “dádiva prévia”, um “dom” que a “democracia racial” e a “civilização mestiça portuguesa” prometiam nos espaços ultramarinos: a integração harmônica entre as formas “minoritárias” de vida e as expectativas de uma modernidade portuguesa. Os administradores dos postos coloniais em Angola e em Moçambique eram responsáveis por atestar que as práticas simbólicas e culturais de um indivíduo candidato à assimilação eram “compatíveis com a moral e com os ditames da humanidade”¹²; em outras palavras, um indivíduo até podia se tornar um assimilado se fosse capaz de renunciar à sua tradição cultural própria. Entretanto, a adoção dos modos europeus de vida não assegurava direitos iguais a todos. O uso da língua portuguesa, os modos de vestir e de viver, entre outros, eram determinantes para a definição dos lugares sociais a serem ocupados pelos “assimilados”¹³. Tratava-se de promover, nas sociedades africanas, a inoculação compulsória de valores forjados no coração do regime colonial europeu e, ao mesmo tempo, de hierarquizar racionalidades distintas, apagando as práticas tradicionais identificadas com o atraso. Neste contexto, a literatura moderna, em todas as suas variantes linguísticas, atuou ora na fabricação de uma atmosfera *propensa* à ideia de comunidade, ora na insurgência contra esta hegemonia comunitária. Em síntese, na sua tradição mais ou menos canônica, a produção literária funcionou, de um lado,

¹¹ Em *Casa-grande & senzala* (1933), *O mundo que o português criou* (1940) e “Uma cultura moderna: a luso-tropical”, entre outros textos, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre desenvolveu a teoria luso-tropicalista, para, de modo geral, tratar da especificidade do colonialismo português, modalizando a violência das práticas coloniais portuguesas no Brasil.

¹² Cf. Artigo 22º. Do Acto Colonial de 1930. Consulta em 22 de junho de 2017. Disponível em: www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf

¹³ Ver o documentário. “O colonialismo português em África: multiculturalismo”, produzido pela Rede de Televisão Portuguesa (RTP). Consulta em 18 de junho de 2017. Consulta em 29 de junho de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6pOltlQYBO4>.

como *usina de senso comum*, integrada às racionalidades hegemônicas e auxiliando na sua sedimentação cultural, e, de outro, produziu profundas “imunidades” ao centro irradiador das visões modernas de mundo. Neste campo de negações e negociações, a noção teórica de comunidade permitiu a identificação da falência dos “projetos de comunidades identitárias” que enformaram grande parte da experiência da modernidade colonial, norteando, ao mesmo tempo, as derivas simbólicas e culturais que permanecem presentes no contemporâneo. Nas palavras do teórico italiano Roberto Esposito,

O que, apesar das conspíquas diferenças, unia estas três concepções de comunidade era uma tendência, que poderíamos chamar de metafísica, a pensar nela num sentido substancialista e subjetivista. A comunidade era essa substância que conectava determinados sujeitos entre si, na partilha de uma identidade comum. Deste modo, a comunidade aparecia ligada conceitualmente à figura do “próprio”: quer se tratasse de apropriar-se do que é comum ou de comunicar o que é próprio, a comunidade era definida por uma pertença recíproca. Seus membros revelavam ter em comum o seu próprio, ser proprietários do seu comum¹⁴.

Nos campos culturais da língua portuguesa, a afirmação de uma unidade linguística e de uma “comunhão de experiências históricas”¹⁵, baseada em regimes de trocas e apropriações, ajudaram a definir paisagens comuns, ao mesmo tempo em que sedimentaram ou distorceram as escalas de valores eurocentrados em contextos não-europeus. A partir dos anos 1940, a produção literária, nas variantes africanas da língua portuguesa, iniciou uma sistemática interrogação acerca dos processos de assimilação cultural, das punições violentas, das imposições coloniais, aprofundando nas décadas seguintes, uma sensibilidade anticolonial que foi radicalizada nas décadas posteriores. Neste aspecto, é inevitável referir aos escritores angolanos António Jacinto, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, José Luandino Vieira e Pepetela, entre outros, que, como intelectuais, operaram no campo ficcional uma estratégia de barragem às práticas e às linguagens do comum, tal como eram definidas segundo a agenda do colonialismo português.

¹⁴ Esposito, Roberto. “Comunidade, Imunidade, Biopolítica”. Consulta em 14 de março de 2017. Disponível em <http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/e-misferica-101/esposito>

¹⁵ Riaúzova, Helena. *Dez anos de poesia angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.

Ainda neste horizonte de preocupações, vale proceder à necessária revisão dos fundamentos que estruturam a constituição jurídica da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), em 1996; a assinatura do Acordo Ortográfico, vigente desde janeiro de 2012, com o propósito de reforçar sentidos de comunidade em contextos englobantes e genéricos e, finalmente, as exigências mais recentes, associadas às leis 10.639 (2003) e 11.645 (2008), que passam a exigir a obrigatoriedade da inclusão do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos oficiais das redes nacionais de ensino.

No momento em que as “grandes narrativas” da modernidade ocidental começam a apresentar sinais de crise epistêmica, trata-se hoje de assumir a necessidade estratégica de se reverter a invisibilidade a que foram relegadas as culturas africanas e ameríndias no contexto cultural brasileiro, de modo a induzir uma espécie de “justiça cognitiva”, que possa desarquivar “imaginários da ausência” e inscrever na ordem do visível outras formas, *incomuns*, de vida.

Na sequência do raciocínio do pesquisador italiano Roberto Esposito, é possível afirmar que as imunidades se definem pela sua exclusão a uma condição comum. Como já foi dito, a coabitação entre paradigmas europeus, visões africanas e ameríndias¹⁶ de mundo levou à formação de uma hierarquia epistemológica, de cariz biopolítico¹⁷, que afirmou racionalidades hegemônicas em detrimento de racionalidades subalternas, ou alternativas¹⁸, fazendo com que, nos contextos culturais da língua portuguesa, em suas distintas temporalidades, as formas tradicionais de produção e de conhecimento fossem violentamente relegadas a uma condição de inferioridade e de invisibilidade epistêmicas, em nome da superioridade dos valores forjados na escala ocidental. No século XX, o neorealismo português e o regionalismo brasileiro desempenharam um papel decisivo nas negociações relativas à demarcação em face de uma condição comum. Inúmeros escritores portugueses, brasileiros, angolanos e moçambicanos operaram, no campo da ficção, um esforço de desocultação das práticas culturais e simbólicas solapadas pelas forças do poder

¹⁶ No horizonte deste projeto, as principais referências neste campo de estudos são Darcy Ribeiro, Orlando Villas-Boas, Noel Nutels, Eduardo Viveiros de Castro, Omar Ribeiro Thomaz, entre outros.

¹⁷ Foucault, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁸ No sentido proposto por Boaventura de Sousa Santos, no texto “Para uma sociologia das ausências, e uma sociologia das emergências”. Disponível em www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf

hegemônico. A partir de meados do século XX, no continente africano, inspiradas pela derrota portuguesa em Goa e pelos “ventos da independência” na África conflagrada em insurreições anticoloniais, as literaturas nacionais africanas produzidas em língua portuguesa aprofundaram as evidências da imunidade aos valores impostos pelo colonialismo, inscrevendo nas práticas literárias uma linguagem de combate à subalternidade a que foram relegadas as formas de vida associadas ao passado tradicional. Os textos da imunidade buscaram confrontar o colonialismo com uma linguagem anticolonial, centrada em projetos de emancipação cultural e de autodeterminação política para negar o “indiscutível princípio” da unidade comunitária.

CONCLUSÃO

No estágio de desenvolvimento da pesquisa atual, é possível afirmar que paralelamente às guerras coloniais em Angola (1961-1975), em Moçambique (1964-1974) e na Guiné Bissau (1963-1974), o campo literário assumiu grande protagonismo no combate travado pelas instâncias do imaginário. Neste ponto, é claro que a prática literária desempenhou um papel relevante e os escritores, poetas e intelectuais protagonizaram, muitas vezes, o combate, sendo reconhecidos como inimigos de guerra¹⁹, cuja atuação nas disputas pelo imaginário mostrava-se inseparável de suas atividades eficientes de defesa, de imunização relativa aos discursos do poder colonial. Em meio a prisões e outras tentativas de silenciamento de suas narrativas “imunitárias”, o campo literário desarquivou, iluminou e revelou a existência de “corpos alternativos”, que não se harmonizavam com a lógica do desenvolvimento ocidental ditada em Portugal, assimilada principalmente no sudeste brasileiro e imposta às colônias africanas. Neste sentido, para dar alguns exemplos relevantes para o escopo da pesquisa, vale verificar de que forma a experiência múltipla do risco nos musseques de Luanda, em meio à violência do contexto colonial, encenada em *Luuanda* (1963), de José Luandino Vieira, se sintoniza com as experiências da educação colonial construídas pelo escritor moçambicano Luís Bernardo Howana, em *Nós matamos o cão tinoso* (1964). Apesar das claras diferenças contextuais, as duas narrativas põem em cena atmosferas forjadas numa clara *assimetria de fundo*, de base étnica e, sobretudo, cultural. As narrativas literárias inscrevem nos “regimes

¹⁹ Alguns exemplos deste protagonismo são o poeta angolano Agostinho Neto, o cabo-verdiano Amílcar Cabral, os escritores José Luandino Vieira, Luís Bernardo Howana, Jorge Amado, entre outros.

de visibilidade”²⁰ práticas simbólicas que enformam o cotidiano marcado pela negação dos valores da racionalidade e da modernidade colonial²¹. Não parece ser um acaso que os autores acima citados tenham sido presos. Os textos citados como exemplos revelam, em traços largos, os personagens que eram, afinal, alvos centrais a serem eliminados ou subjugados pela modernidade. Eram aquelas formas de ver e de sentir o mundo que “deviam ser superadas”, em nome do desenvolvimento e do progresso da civilização ocidental, mas sobreviviam apesar das políticas excludentes impostas pelas exigências políticas de “depuração comunitária ocidental”. A sua existência, no plano do imaginário, além de atuar como anticorpo contra uma modernidade viral parece provocar a espontânea formação de “culturas de resistência”²², dotadas de “redes operativas”²³, que permitiu uma sólida oposição discursiva aos centros do poder autoritário ou do poder colonial que, no século XX, controlaram os contextos da língua portuguesa. Neste sentido, a pesquisa considera a literatura como um espaço de deslocamento estratégico, que permite a captação e a apreensão de imaginários que podem operar estruturas não hegemônicas de conhecimento. A vocação retransmissora do texto literário tem permitido a constante reformulação de narrativas hegemônicas e a circulação de racionalidades e sensibilidades alternativas que, partindo do imaginário, podem se emancipar e se descolonizar. Algumas formas de vida excluídas da modernidade colonial ou a ela submetidas a partir de formas sociais violentas, em suas heterogêneas temporalidades, permaneceram *imunes* às assimilações e às benesses da modernidade ocidental vivida no Brasil, em Angola, em Moçambique, Guiné Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, do século XIX ao XX. Imunes, no interior de um quadro que compreende a sua permanência, no mundo contemporâneo. Inscritas nos “regime de visibilidade”, revelam *assimetrias de fundo*,

²⁰ Rancière, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo, Editora 34, EXO experimental.org, 2005.

²¹ Nesta perspectiva, não é possível negligenciar o fato de que, no Brasil, em 1967, a publicação do romance *Quarup*, de Antonio Callado, também revelou, na ficção, os impasses associados à criação do parque nacional do Xingu, às revoltas camponesas em meio a um contexto de violência e de um poder autoritário oficial. Poucos anos depois, o antropólogo Darcy Ribeiro publicou o romance *Maíra* (1976), fortalecendo uma linhagem narrativa que, de Milton Hatoum a Bernardo Carvalho, deram sequência às preocupações “imunitárias” em face das racionalidades hegemônicas da modernidade.

²² Montauray, Alexandre. “Redes afetivas, teias de cooperação: Política e literatura nos contextos da língua portuguesa”. In: OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMMER, Karl Erik; SIMONI, Mariana. (Org.). *Literatura e artes na crítica contemporânea*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2016, v. 1, p. 19-29.

²³ Montauray, Alexandre. “Comunidade e imunidade pós-colonial: o campo literário e cultural nos espaços da língua portuguesa”. *Abril (Niterói)*, v. 7, p. 41-54, 2015.

de matriz colonial, e inoculam anticorpos anticoloniais, de defesa contra a “unidade comunitária”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Artigo 22º. Do Acto Colonial de 1930.** Consulta em 22 de junho de 2017. Disponível em: www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf
- Esposito, Roberto.** “Comunidade, Imunidade, Biopolítica”. Consulta em 14 de março de 2017. Disponível em <http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/emisferica-101/esposito>
- Foucault, Michel.** 2008. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2000. “Outros espaços”. In: *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 3.
- Leite, Ana Mafalda.** 2013. *Literaturas africanas e formulações pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mignolo, Walter.** 2008. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê Literatura, Língua e Identidade, número 34.
- Montaury, Alexandre.** “Apontamento para uma teoria dos conjuntos”, palestra proferida no *IX Seminário de Literaturas de Língua Portuguesa*, do Núcleo de Estudos de Literaturas Portuguesa e Africanas (NEPA), UFF, em 2015.
- _____. “Comunidade e imunidade pós-colonial: o campo literário e cultural nos espaços da língua portuguesa”. *Abril (Niterói)*, v. 7, p. 41-54, 2015.
- _____. “Redes afetivas, teias de cooperação: Política e literatura nos contextos da língua portuguesa”. In: OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMMER, Karl Erik; SIMONI, Mariana. (Org.). *Literatura e artes na crítica contemporânea*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2016.
- Rancière, Jacques.** 2005. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo, Editora 34, EXO experimental.org.
- Riaúzova, Helena.** 1985. *Dez anos de poesia angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Santos, Boaventura de Sousa.** 2007. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Novos estudos*. CEBRAP, número 79, São Paulo Novembro.
- _____. “Para uma sociologia das ausências, e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002. Disponível em www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf
- _____. 1987. *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.

Referência audiovisual

Documentário “O colonialismo português em África: multiculturalismo”, produzido pela Rede de Televisão Portuguesa (RTP). Consulta em 18 de junho de 2017. Consulta em 29 de junho de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6pOItlQYBO4>.